

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO N.º , DE 2010

(Do Sr. Deputado Marcelo Itagiba)

Requer “a realização de Audiência Pública para discussão da Revogação do Decreto n° 7.056 de 28 de dezembro de 2009, da Fundação Nacional do Índio - FUNAI”.

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais ouvido o Plenário desta **Comissão de Direitos Humanos e Minorias**, seja realizada Reunião de Audiência Pública, para discussão da Revogação do “**Decreto n° 7.056 de 28 de dezembro de 2009, da Fundação Nacional do Índio - FUNAI**”. Para esta Reunião será convocado o Ministro da Justiça, Senhor **Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto** e convidados o Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Senhor **Márcio Augusto Freitas de Meira**; Representante dos Servidores da FUNAI, Senhor **Wagner Tramm**; Representante dos Povos Indígenas da Região Norte, **Megaron Txucurramae**; Representante de Povos Indígenas da Região Centro-Oeste **Aritana Yawalapiti**; Representante dos Povos Indígenas da Região Nordeste, **Carlos Pankararu**; Representante dos Povos Indígenas da Região Sudeste, **Ubiratan Apixana** e o Representante dos Povos Indígenas da Região Sul, **Kretan Kaingang**.

JUSTIFICATIVA

O Decreto Legislativo nº 7056/09, de 28 de dezembro de 2009, do Poder Executivo foi elaborado e publicado sem o necessário debate e diálogo com as populações indígenas, conforme já exposto nas sessões plenárias da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados e nas audiências públicas no Senado Federal, no dia 05 de maio e 12 de maio, quando inúmeras lideranças indígenas manifestaram-se com a desconformidade da edição de um decreto presidencial que estrutura a FUNAI sem a devida consulta prevista na Resolução OIT 169. As populações, no entanto, são diretamente afetadas pela entrada em vigor de referido Decreto, visto que este extingue nada menos que 24 (vinte e quatro) Administrações

Regionais da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, bem como numerosos postos indígenas hoje localizados nas aldeias.

O senador do PT de São Paulo, Eduardo Suplicy manifestou em audiência pública que é preciso debater com o presidente da FUNAI sobre a edição do Decreto, pois o mesmo não foi em nenhum dos três eventos marcados pelo Congresso Nacional, num claro desrespeito aos povos indígenas e ao Poder Legislativo. A convocação do ministro da Justiça é importante pois ele é um dos autores do decreto e também responsável pela edição de uma portaria que determina o uso da Força Nacional de Segurança Pública na proteção da sede da FUNAI, o que é contestado pelos líderes indígenas.

Tal iniciativa, levada a feito de modo não condizente com a boa prática democrática, vai de encontro a obrigações da União definidas em diversos dispositivos constitucionais, como sejam a proteção à organização social, aos costumes, à posse da terra e aproveitamento de seus recursos por parte das populações indígenas.

Sala das Comissões, em maio de 2010

Deputado Marcelo Itagiba

PSDB - RJ